
Instituto da Oportunidade Social

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Instituto da Oportunidade Social

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto da Oportunidade Social ("IOS" ou "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As informações suplementares apresentadas na Nota 2 às demonstrações financeiras, preparadas sob a responsabilidade da administração do Instituto, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos de auditoria sobre essas informações e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Instituto da Oportunidade Social

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

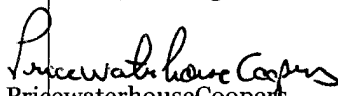
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

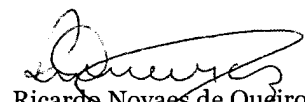
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2020

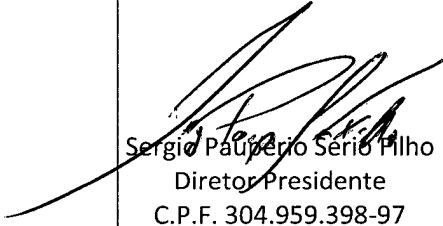

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

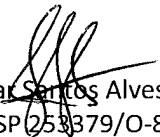

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

Instituto da Oportunidade Social - IOS
 C.N.P.J. 02.449.283/0001-89
 Balanço patrimonial em 31 de dezembro
 Em Reais

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	428.547,67	899.700,08
Caixa e equivalentes de caixa projetos	4	1.360.845,84	258.791,10
Convênios a receber	5	-	78.157,25
Adiantamentos	6	145.024,81	114.389,61
Despesas antecipadas	7	59.269,96	42.859,25
Estoques		64.996,45	30.687,64
Impostos a compensar/recuperar		654,09	2.800,41
Outras contas a receber		63.071,38	12.619,77
Total do circulante		2.122.410,20	1.440.005,11
Não Circulante			
Imobilizado	8	2.507.203,36	2.531.821,68
Intangível	9	55.793,59	43.262,76
Total do não circulante		2.562.996,95	2.575.084,44
Total do Ativo		4.685.407,15	4.015.089,55
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	10	174.960,19	149.595,46
Obrigações trabalhistas	11	616.344,02	665.571,69
Obrigações tributárias		17.649,43	17.020,62
Projetos a executar	12	1.986.898,15	1.429.178,16
Total do Circulante		2.795.851,79	2.261.365,93
Patrimônio líquido	14		
Patrimônio social		1.753.723,62	1.635.252,48
Superávit do exercício		135.831,74	118.471,14
Total do patrimônio líquido		1.889.555,36	1.753.723,62
Total do Passivo e patrimônio líquido		4.685.407,15	4.015.089,55

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras


 Sergio Pauleiro Serio Filho
 Diretor Presidente
 C.P.F. 304.959.398-97


 Josimar Santos Alves
 CRC 1SP 253379/O-8
 Monello Contadores
 CRC 2SP 014827/O-0

Instituto da Oportunidade Social - IOS


C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

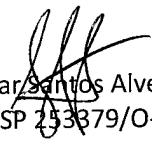
Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	Nota	2019	2018
Receita das atividades de assistência social			
Receitas de convênios e parcerias públicas	15	1.563.698,68	1.132.020,75
Receitas de convênios e parcerias privadas	16	1.583.000,06	1.329.629,59
		<u>3.146.698,74</u>	<u>2.461.650,34</u>
Despesas das atividades de assistência social			
Despesas com pessoal	17	(4.650.728,53)	(4.497.534,98)
Despesas administrativas e gerais	18	(2.600.742,21)	(2.135.452,26)
Despesas fiscais, tributárias e previdenciárias		(5.693,55)	(21.621,54)
Despesas com serviços voluntários	19	(54.760,24)	(124.032,12)
Despesas com programas e projetos conveniados	20	(2.828.312,67)	(2.356.650,20)
		<u>(10.140.237,20)</u>	<u>(9.135.291,10)</u>
Déficit das atividades de assistência social		<u>(6.993.538,46)</u>	<u>(6.673.640,76)</u>
Receitas de atividades institucionais e de captação			
Receitas de prestação de serviços	21	345.427,90	263.150,91
Receitas de doações e contribuições	22	6.583.003,73	6.330.367,05
Recuperação de despesas		5.609,85	23.526,90
Receitas com serviços voluntários	19	54.760,24	124.032,12
Receitas mercantis líquidas	23	72.811,34	26.449,49
		<u>7.061.613,06</u>	<u>6.767.526,47</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		82.834,66	35.445,67
Despesas financeiras		(15.077,52)	(10.860,24)
		<u>67.757,14</u>	<u>24.585,43</u>
Superávit do exercício		<u>135.831,74</u>	<u>118.471,14</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras


Sérgio Paupério Sérgio Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97


Josimar Santos Alves
CRC 1SP 253379/O-8
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto da Oportunidade Social - IOS

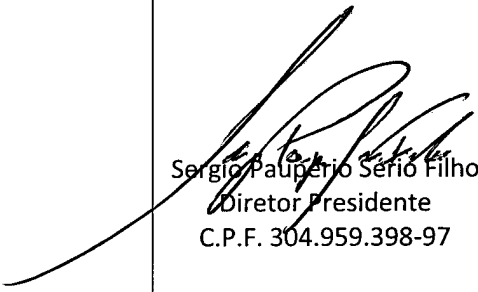
C.N.P.J. 02.449.283/0001-89


Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findo em 31 de dezembro

Em Reais

	2019	2018
Superávit do exercício	135.831,74	118.471,14
Total do resultado abrangente do exercício	135.831,74	118.471,14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

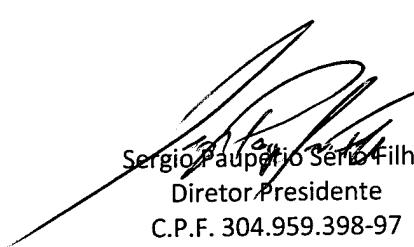

Sérgio Pauperio Sérgio Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97



Josimar Santos Alves
CRC 1SP 253379/O-8
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto da Oportunidade Social - IOS
C.N.P.J. 02.449.283/0001-89
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em Reais

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2017	1.527.241,26	108.011,22	1.635.252,48
Incorporação à conta patrimônio social	108.011,22	(108.011,22)	-
Superávit do exercício	-	118.471,14	118.471,14
Saldo em 31/12/2018	1.635.252,48	118.471,14	1.753.723,62
Incorporação à conta patrimônio social	118.471,14	(118.471,14)	-
Superávit do exercício	-	135.831,74	135.831,74
Saldo em 31/12/2019	1.753.723,62	135.831,74	1.889.555,36

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras


Sergio Paupetto Sergio Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97


Josimar Santos Alves
CRC 1SP 253379/O-8
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto da Oportunidade Social - IOS

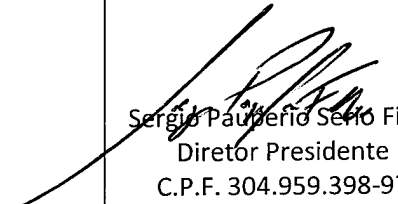
C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

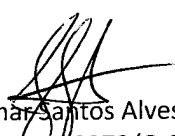
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto – exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	135.831,74	118.471,14
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	460.699,28	544.961,53
Resultado líquido ajustado	596.531,02	663.432,67
(Aumento) redução nos ativos		
Convênios a receber	78.157,25	(78.157,25)
Adiantamentos	(30.635,20)	(34.641,87)
Despesas antecipadas	(16.410,71)	25.991,04
Estoques	(34.308,81)	(30.687,64)
Impostos a compensar/recuperar	2.146,32	(2.800,41)
Outras contas a receber	(50.451,61)	(12.367,77)
Aumento (redução) nos passivos		
Contas a pagar	25.364,73	16.377,60
Obrigações trabalhistas	(49.227,67)	(128.920,64)
Obrigações tributárias	628,81	(1.336,68)
Projetos a executar	557.719,99	740.278,53
	482.983,10	493.734,91
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.079.514,12	1.157.167,58
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(448.611,79)	(468.098,76)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(448.611,79)	(468.098,76)
Variação do caixa e equivalentes de caixa	630.902,33	689.068,82
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do período	1.789.393,51	1.158.491,18
No início do período	1.158.491,18	469.422,36
Variação do caixa e equivalentes de caixa	630.902,33	689.068,82

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras


Sérgio Pauleiro Seno Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97


Josimar Santos Alves
CRC 1SP 253379/O-8
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em Reais

1 Objetivos sociais

Instituto da Oportunidade Social, também designado pelas siglas "IOS" ou por "Instituto", constituído em 03 de fevereiro de 1998, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de São Paulo, estado de São Paulo, cujo funcionamento é regido pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

O Instituto atua na área da Assistência Social e tem por objetivo o atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social de forma permanente, planejada e contínua para educação, saúde, recreação e trabalho.

Para atendimento de suas finalidades, de acordo com suas especialidades e possibilidades, o Instituto envia esforços visando:

- a) Prover gratuitamente a educação, por meio de programas de treinamento em informática, internet, hardware e noções de cidadania, a fim de capacitar jovens para o mercado de trabalho;
- b) Promover estudos que possibilitem a melhoria das qualidades de saúde e educação da população carente, através de projetos comunitários em geral, em conjunto com estabelecimentos privados ou oficiais;
- c) Patrocinar estudos que objetivem a qualificação do trabalho educacional do menor carente, bem como que estimulem o desenvolvimento e aprimoramento de cursos profissionalizantes na área de informática;
- d) Atuar como intermediários na obtenção de recursos técnicos e materiais destinados às entidades que atuam no atendimento ao menor carente, bem como o apoio a instituições de ensino de primeiro e segundo graus;
- e) Patrocinar estudos e pesquisas que objetivem o desenvolvimento de estudos científicos ligados às atividades de informática, telecomunicações e projetos comunitários em geral;
- f) Atuar em todas as áreas nas quais possa contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde e educação da população carente;
- g) Firmar convênios com entidades nacionais e internacionais que tenham por objetivos estimular a melhoria das condições de vida, saúde e educação da população carente;
- h) Prestar serviços, com ou sem prestação pecuniária, em qualquer atividade de apoio a projetos comunitários em geral, em especial no desenvolvimento das atividades de organização formadora de que trata a Lei de Aprendizagem;
- i) Desenvolver Programa sócio-educativo-profissional em articulação com o ensino regular e criar espaços para os educandos identificarem, interiorizarem e vivenciarem os valores positivos inculcando-lhes a autoestima, o espírito de solidariedade complementando a ação educativa do lar, da escola e do trabalho e abrindo a perspectiva de entrar no mundo do trabalho com experiência adquirida para o exercício da cidadania, podendo ainda, desde que atendidas às exigências legais ministrar estágios, cursos regulares de nível fundamental, médio e superior;

- j) Valorizar a família como elo importante do processo de promoção de educação básica atuando no sentido de orientá-la e apoiá-la, procurando sua reorganização e seu ajustamento, sempre que necessário;
- k) Envidar esforços para que a comunidade, as organizações governamentais e não governamentais, o empresariado, órgãos de administração pública conheçam, sintam a importância e participem desse trabalho de formação e ascensão pessoal e social do cidadão do presente;
- l) Realizar e promover a produção, a edição, a impressão e/ou a divulgação de livros, revistas, folhetos, e de qualquer outro tipo de publicação, ou ainda elaboração de documentários em vídeo e o desenvolvimento de programas eletrônicos de qualquer espécie, desde que estes estejam relacionados aos objetivos sociais;
- m) Promover, patrocinar, organizar e realizar programas educativos, seminários, cursos, workshops, convenções, conferências ou quaisquer outros eventos relacionados aos objetivos sociais do IOS;
- n) Comercializar produtos institucionais, próprios ou de terceiros, tais como calendários, livros, apostilas, botons, canetas, entre outros produtos promocionais, visando divulgar os objetivos sociais do IOS.

O Instituto possui os principais registros sociais, que regulamentam a sua atuação social:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – São Paulo), sob o nº 1564/CMDCA/2010, com validade até agosto de 2022;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – Belo Horizonte), sob o nº 0352/01, com validade até fevereiro de 2022;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – Joinville), sob o nº 062, com validade até abril de 2023;
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), sob o nº 387/2012;
- Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS), sob o nº 2012-0.173.818-7, com validade até 24 de setembro de 2020;
- Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte CMAS-BH inscrição 358 conf. Resolução nº 51 de 09 de dezembro de 2015.
- Conselho Municipal de Assistência Social de Joinville SC conforme Resolução SEI Nº 1318761/2017 - SAS.UAC, Resolução nº 047, de 05 de dezembro de 2017.
- Possui o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE SP) nº 0853/2012;
- Possui o Certificado Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS).
- CEBAS - protocolo 71000.018614/2018-23, conforme portaria 252/2018 – válida até 27/09/2021.

2 Atividades Beneficentes de Assistência Social

O Instituto oferece gratuitamente cursos nas áreas de administração e tecnologia da informação, que têm como principais características o ensino da teoria e prática de softwares de gestão empresarial com a inclusão de regras de negócio e conteúdos relacionados à cidadania, empregabilidade e comportamento, além do reforço escolar nas disciplinas de português e matemática.

Em 2019, os cursos oferecidos foram:

- Gestão Empresarial com ERP (presencial e semipresencial)
- Administração de Materiais
- Reabilitando do INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social)
- Talentos do Futuro – curso de Tecnologia, programação, implantação e suporte.
- Polos de atendimento – implantação de nossa metodologia em outras organizações sociais, que possibilitou a expansão de nosso atendimento em outras comunidades.

O Instituto oferece programas de capacitação customizada para pessoas com deficiência ou para o público jovem (programas de aprendizagem profissional, entre outros), que são desenvolvidos sob medida para cada empresa e oferecem soluções que facilitam o cumprimento da Lei de Cotas para pessoas com deficiência e Lei da Aprendizagem.

A Empregabilidade é uma das áreas mais importantes do Instituto. Suas ações consistem em apoiar o aluno na busca pelo primeiro emprego formal (ou recolocação no mercado de trabalho) e ainda monitorar o seu caminho pós-contratação. Para realizar essa tarefa, o Instituto oferece uma ampla gama de conhecimentos focados no mercado e preparação técnica e comportamental dos alunos para a conquista do primeiro emprego.

Aprendizagem:

Em parceria com as empresas que desejam contratar jovens na condição de aprendizes e com o Ministério do Trabalho e Emprego – em atendimento à Lei da Aprendizagem –, o IOS oferece cursos customizados para os jovens que precisam cursar uma capacitação simultânea à atividade prática de trabalho. Para a empresa que contrata o aprendiz, o Instituto se dedica ainda à solução de quaisquer dúvidas decorrentes das obrigações legais.

Responsabilidade social:

O IOS desenvolve Programas de Responsabilidade Social e de Investimento Social Privado direcionado às empresas e organizações que têm interesse em apoiar o Instituto. Os principais programas deste pilar são:

- **Programa de Voluntariado Corporativo** que inclui mentoria, minicursos, *workshops* e palestras.
- **Patrocínio e apoio** de turmas, unidades, cursos diferenciados, infraestrutura material, eventos e projetos customizados.
- **Empregabilidade e Aprendizagem** que incluem a contratação de jovens aprovados da capacitação profissional gratuita e na aprendizagem.

Nos exercícios de 2019 e 2018 o IOS realizou os seguintes atendimentos:

Programa	Local	Nº de Beneficiários (Não auditado)	
		2019	2018
Capacitação Profissional	São Paulo	2.363	2.221
Capacitação Profissional	Filiais	665	629
Polos atendimentos	São Paulo	307	140
IOS Aprendiz – incluindo pessoas com deficiência	São Paulo	112	101
Capacitação e Inclusão de Pessoa com Deficiência	São Paulo	66	-
Capacitação e Inclusão de Pessoa com Deficiência	Filiais	-	20
Total		3.513	3.111

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem finalidade de Lucros, CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Autorização para emissão e divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação em 20 de agosto de 2020.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

O Instituto não possui operações em moeda estrangeira.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes apropriados até a data do balanço.

d. Instrumentos financeiros

O Instituto classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

e. Apuração do resultado do período

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio de competência.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização.

As receitas decorrentes de doações com encargos, convênios, parcerias públicas e patrocínios de projetos de leis de incentivo fiscal, recebidas na forma de ativo monetário, são reconhecidas no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

f. Adiantamentos

Referem-se a antecipações de férias de funcionários e adiantamentos efetuados a fornecedores, cuja apropriação da despesa ocorrerá quando ocorrer o seu fato gerador.

g. Despesas antecipadas

Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (assistência médica, vale transporte e vale alimentação) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros que são apropriados ao resultado linearmente conforme prazo de vigência das apólices.

h. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, formação, construção ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor recuperável do ativo acumulado. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	20
Instalações	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

i. Intangível

O ativo intangível é composto basicamente por programas de computador (*software*). As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

j. Redução ao valor recuperável

Os ativos não financeiros, exceto os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado.

A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC)), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

Em 2019 e 2018, a Administração do Instituto não identificou indícios que pudessem gerar uma redução ao valor recuperável.

k. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado tendo como referência o método de taxa de juros efetiva.

l. Projetos a executar

O reconhecimento das receitas e despesas dos projetos são efetuados em conformidade com o princípio de competência, segundo o mesmo critério das demais despesas e receitas do Instituto.

m. Patrimônio líquido

Acumula o patrimônio inicial, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais, conforme divulgado na nota 1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Recursos sem restrição		
Caixa	3.479,80	7.246,98
Bancos conta movimento	570,55	182,27
Aplicações financeiras	<u>424.497,32</u>	<u>892.270,83</u>
	<u>428.547,67</u>	<u>899.700,08</u>

Recursos com restrição (i)

Bancos conta movimento	1.094,92	20.451,58
Bancos conta poupança	1.325.038,70	238.339,52
Aplicações financeiras	34.712,22	0,00
	<u>1.360.845,84</u>	<u>258.791,10</u>

(i) Refere-se a saldos de bancos e aplicações restritos ao projeto FUMCAD (Fundo Municipal da Criança e do Adolescente).

O Instituto mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, remunerados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário CDI e Fundos de Investimentos em cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI, e estão sendo demonstradas em equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e pelo fato da administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a sua necessidade de caixa.

5 Convênios a receber

	2019	2018
Projeto CONDECA 443	-	78.157,25

6 Adiantamentos

	2019	2018
Adiantamentos de férias	145.024,81	114.389,61
	<u>145.024,81</u>	<u>114.389,61</u>

7 Despesas antecipadas

	2019	2018
Prêmios de seguros	13.863,94	7.648,85
Benefícios de colaboradores	45.406,02	35.210,40
	<u>59.269,96</u>	<u>42.859,25</u>

8 Imobilizado

Imobilizado	Movimentação do Imobilizado 2019			Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	(-) Depreciação	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.461.122,99	2.370,00	(78.858,04)	1.384.634,95
Instalações	6.806,41	-	(1.769,04)	5.037,37
Máquinas e equipamentos	284.697,87	50.114,13	(43.517,06)	291.294,94
Móveis e utensílios	113.456,34	9.260,00	(17.277,11)	105.439,23
Veículos	7.178,64	36.137,99	(11.997,12)	31.319,51
Equipamentos de informática	658.559,43	315.644,96	(284.727,03)	689.477,36
	2.531.821,68	413.527,08	(438.145,40)	2.507.203,36

Imobilizado	Movimentação do Imobilizado 2018			Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Adições	(-) Depreciação	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.474.639,90	69.910,67	(83.427,58)	1.461.122,99
Instalações	8.575,45	-	(1.769,04)	6.806,41
Máquinas e equipamentos	288.886,92	34.797,65	(38.986,70)	284.697,87
Móveis e utensílios	115.309,29	14.394,20	(16.247,15)	113.456,34
Veículos	17.948,40	-	(10.769,76)	7.178,64
Equipamentos de informática	606.517,32	348.996,24	(296.954,13)	658.559,43
	2.511.877,28	468.098,76	(448.154,36)	2.531.821,68

Resumo do ativo imobilizado	Custo	Depreciação, acumulada	Saldo líquido
Em 31 de dezembro de 2019	4.442.987,57	(1.935.784,21)	2.507.203,36
Em 31 de dezembro de 2018	4.029.460,49	(1.497.638,81)	2.531.821,68

9 Intangível

Intangível	Movimentação do Intangível 2019			Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	(-) Amortização	
Cessão de uso de software	43.262,76	35.084,71	(22.553,88)	55.793,59
	43.262,76	35.084,71	(22.553,88)	55.793,59

Intangível	Movimentação do Intangível 2018			Saldo em
	Saldo em	Adições	(-) Amortização	

	31/12/2017		31/12/2018
Cessão de uso de software	140.069,93	-	(96.807,17)
	140.069,93	-	(96.807,17)

Resumo do ativo imobilizado	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Em 31 de dezembro de 2019	521.590,56	(465.796,97)	55.793,59
Em 31 de dezembro de 2018	486.505,85	(443.243,09)	43.262,76

10 Contas a pagar

	2019	2018
Fornecedores de serviços	88.568,25	73.123,83
Fornecedores de materiais	51.955,27	69.148,64
Credores diversos	34.436,67	7.322,99
	174.960,19	149.595,46

11 Obrigações trabalhistas

	2019	2018
Salários a pagar	90.597,57	106.961,17
Provisão de férias e encargos	399.936,37	456.343,90
Impostos e contribuições trabalhistas a recolher	123.296,59	95.800,81
Outras obrigações com funcionários	2.513,49	6.465,81
	616.344,02	665.571,69

12 Projetos a executar

Circulante	2019	2018
JP Morgan Chase Foundation (a)	-	288.013,85
DELL (b)	733.742,80	910.807,01
FUMCAD TC 06/2018 (c)	-	210.352,05
PRONAC - IOS 18 anos 2016 (d)	-	20.000,00
FUMCAD TC 88/2015 (e)	-	5,25
CONDECA empregabilidade	175.106,86	-
CONDECA 397/2019 núcleo	116.192,04	-
CONDECA 398/2019 Diadema/Barueri	146.079,25	-
FUMCAD 047/2019 ZO/ZL	10.389,76	-
FUMCAD 056/2019 Zona Sul	20.675,22	-
Fundação Paulistana (f)	750.000,00	-
FUMCAD BH capacitação profissional	34.712,22	-
	1.986.898,15	1.429.178,16

- (a) Investimento social privado doado pela JP Morgan Chase Foundation, direcionado para o Projeto Talentos do Futuro, o que promoverá a capacitação profissional de aproximadamente 260 jovens de menor renda, estudantes ou concluintes do ensino médio, com formação para Tecnologia da Informação. O projeto tem duração de 18 meses e os saldos estão apresentados em curto prazo de acordo com o cronograma de gastos do projeto.
- (b) O investimento social privado doado pela DELL USA L.P., direcionado para o Projeto "IOS Program Training", tem como objetivo capacitar 160 alunos ao longo de um ano, sendo 80 jovens em Hortolândia/SP e 80 jovens em Porto Alegre/RS em cursos de Informática para o Trabalho e Tecnologia por meio da Le@d Dell's Platform. O projeto teve início em fevereiro de 2018 foi prorrogado em 2019 com previsão de encerramento em 31/07/2019.
- (c) FUMCAD Termo de fomento firmado em 31 de janeiro de 2018, com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para execução do projeto "Capacitação Profissional nas Zonas Leste e oeste". O convênio vigorou pelo período de doze meses, a partir de 01 de março de 2018.
- (d) Pronac 157524 aprovado pelo Ministério da Cultura em 09 de dezembro de 2015, refere-se ao Projeto "Intervenções em primeira pessoa: Um Estudo Etnográfico Sobre Resgates de Cidadania". No exercício de 2019 o saldo remanescente foi devolvido ao projeto.

O projeto tem como objetivo principal registrar através de um documentário, o estudo etnográfico a partir de histórias de pessoas que participaram de um processo cultural de transformação realizando um compartilhamento de experiências de vida de jovens e de pessoas com deficiência com a sociedade, retratando, por meio de técnicas que apresentem o olhar dos entrevistados, suas rotinas, diárias e suas histórias de transformação. Não houve movimentação no projeto no exercício de 2016.
- (e) Termo de convênio firmado em 26 de novembro de 2015, com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para execução do projeto "Inclusão Produtiva de Jovens e Pessoas com Deficiência em Áreas Urbanas". O convênio vigorará pelo período de vinte e quatro meses, a partir de 01 de dezembro de 2015. No exercício de 2019 o saldo remanescente foi devolvido ao projeto.
- (f) Termo de fomento assinado em 17 de dezembro de 2019, com a Fundação Paulistana para execução de projeto de capacitação profissional na área da Tecnologia da Informação a ser realizado no ano de 2020, com início previsto no mês de janeiro.

13 Provisão para contingências

A administração do Instituto, respaldada pela representação de seus assessores jurídicos não tem conhecimento de contingências trabalhistas, cíveis ou tributárias, bem como de outras naturezas, que requeiram a constituição de provisão para futura perda ou divulgação nas demonstrações financeiras.

14 Patrimônio líquido

O Patrimônio social acumula superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição e que são empregados integralmente nos objetivos sociais, conforme divulgado na Nota Explicativa 1.

O resultado do exercício é incorporado ao Patrimônio Social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros.

Em caso de dissolução o patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

15 Receitas de convênios e parcerias públicas

	2019	2018
CONDECA	1.345.286,62	726.650,39
FUMCAD	218.412,06	405.370,36
	<u>1.563.698,68</u>	<u>1.132.020,75</u>

A receita de convênios com parcerias públicas é reconhecida quando da sua realização. Os valores ainda não realizados encontram-se registrados no passivo. A descrição dos convênios está sendo apresentada na nota 12.

16 Receitas de convênios e parcerias privadas

	2019	2018
JP Morgan Chase Foundation	288.013,85	664.286,39
DELL	1.294.986,21	665.343,20
	<u>1.583.000,06</u>	<u>1.329.629,59</u>

A receita de convênios com parcerias privadas é reconhecida quando da sua realização. Os valores ainda não realizados encontram-se registrados no passivo. A descrição dos convênios está sendo apresentada na Nota Explicativa 12.

17 Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários	(3.478.606,16)	(3.064.696,69)
Benefícios	(1.374.261,36)	(1.200.928,07)
Provisões de férias, 13º salário e encargos	(851.634,28)	(757.499,99)
Encargos sociais	(377.182,37)	(841.412,45)
Estagiários /aprendizes	(104.615,88)	(94.760,49)
Outras remunerações	(53.644,65)	(53.553,52)
Despesas com pessoal apropriadas nos projetos	1.589.216,17	1.515.316,23
	<u>(4.650.728,53)</u>	<u>(4.497.534,98)</u>

18 Despesas administrativas e gerais

	2019	2018
Serviços profissionais de terceiros -pessoa jurídica	(1.466.201,92)	(1.139.586,74)
Materiais de consumo	(506.388,74)	(372.898,35)
Depreciação / amortização	(460.699,28)	(544.961,53)
Despesas com ocupação de imóveis	(455.095,37)	(205.421,91)
Doações a projetos parceiros	(206.889,24)	(148.975,00)
Utilidades e serviços	(205.407,68)	(190.632,98)

Eventos e propagandas	(183.981,99)	(144.514,65)
Outras despesas administrativas	(182.673,16)	(119.321,26)
Serviços profissionais de terceiros -pessoa física	(94.335,90)	(66.844,20)
Viagens	(64.539,08)	(26.040,41)
Seguros	(11.389,64)	(12.761,17)
Despesas administrativas apropriadas nos projetos	1.236.859,79	836.505,94
	<u>(2.600.742,21)</u>	<u>(2.135.452,26)</u>

19 Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o Instituto identificou e mensurou os trabalhos voluntários de sua diretoria estatutária, durante os exercícios de 2019 e 2018.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos.

Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2019 e 2018, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, no montante de R\$ 54.760,24 (R\$ 124.032,12 em 2018), sem efeito no resultado do exercício.

20 Despesas com programas e projetos conveniados

	2019	2018
DELL	(1.289.210,40)	(665.343,20)
CONDECA	(1.102.500,55)	(726.650,39)
JP Morgan Chase Foundation	(288.013,85)	(664.286,39)
FUMCAD	(148.587,87)	(300.370,22)
	<u>(2.828.312,67)</u>	<u>(2.356.650,20)</u>

21 Receitas de prestação de serviços

	2019	2018
Receita de prestação de serviços	352.508,05	272.995,17
(-) Impostos	(7.080,15)	(9.844,26)
	<u>345.427,90</u>	<u>263.150,91</u>

Refere-se a cobrança efetuada às empresas parceiras (pessoa jurídica) pela capacitação e cursos ministrados aos aprendizes.

Destaca-se que os treinamentos ministrados aos aprendizes, pelo Instituto, são custeados integralmente pelas empresas parceiras (Pessoa Jurídica) não recaindo nenhum ônus aos usuários que participam dos programas, que são feitos de modo inteiramente gratuito.

22 Receitas de doações e contribuições

	2019	2018
Doações de pessoas jurídicas	6.447.680,60	5.994.810,03
Doações em gêneros	124.260,49	284.158,16
Doações de cooperadores diversos	11.062,64	51.398,86
	<u>6.583.003,73</u>	<u>6.330.367,05</u>

23 Receitas das atividades mercantis

	2019	2018
Receitas das atividades mercantis	287.889,25	146.356,00
(-) Devoluções/cancelamentos	(4.043,00)	(8.762,00)
(-) Impostos s/ vendas	(30.658,89)	(20.375,60)
(-) CMV	(180.376,02)	(90.767,91)
	<u>(72.811,34)</u>	<u>(26.449,49)</u>

Refere-se à venda de produtos (*souvenirs*), tais como, canecas, canetas, camisetas, mochilas, entre outros.

As atividades mercantis tiveram início no exercício de 2018, sendo previstas em seu Estatuto Social. Os recursos auferidos são aplicados nas suas finalidades institucionais.

24 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

A certificação das entidades beneficentes de assistência social é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e posteriores regulamentações.

O Instituto da Oportunidade Social teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento da Rede Socioassistencial Privada SUAS, por meio do Protocolo nº 71000.018614/2018-23, conforme Portaria 252/2018, item 8, de 25 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2018. O referido certificado tem validade de 28 de setembro de 2018 a 27 de setembro de 2021.

As atividades assistenciais desenvolvidas pelo Instituto estão descritas na nota 2.

25 Imunidades e isenções tributárias

O Instituto da Oportunidade Social em observância aos seus objetivos institucionais desenvolve suas atividades, sem a finalidade de lucros, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

A título de demonstração, o Instituto da Oportunidade Social a partir de setembro de 2018 vem calculando suas Contribuições Sociais Usufruídas com base na Lei 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade) Usufruída – INSS, PIS e COFINS.

	2019	2018
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa	863.350,17	295.981,28
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RAT	42.224,17	14.520,37
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Terceiros	244.900,07	84.218,25
	<u>1.150.474,41</u>	<u>394.719,90</u>

	2019	2018
Custo da Isenção Usufruída- COFINS	19.329,43	6.624,29
Custo da Isenção Usufruída- PIS	42.224,17	14.520,37
	<u>61.553,60</u>	<u>21.144,66</u>

26 Aspectos fiscais

- (a) CSLL: O Instituto não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits do Instituto, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro.

27 Partes relacionadas

O IOS não efetuou nenhuma transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores do Instituto, bem como seus conselheiros, instituidores ou benfeitores não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

28 Compromissos

O Instituto firmou Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, em 17 de novembro de 2016, com prazo de 20 anos, sendo seu término previsto em 16 de novembro de 2036.

As partes ajustam que, se o Instituto desejar entregar o imóvel após decorridos pelo menos 10 (dez) anos do início da presente locação, não haverá incidência de multa em razão da rescisão antecipada.

Conforme determinado na cláusula décima terceira do contrato, a locação destina-se exclusivamente para Uso Não Residencial, sendo especificamente para que o Instituto ministre no local suas aulas,

cursos, palestras, promova eventos, bem como, para que exerça as demais atividades educacionais previstas no seu estatuto social, ficando vedado a mudança ou desvirtuamento da utilização da presente locação sem o expresse e inequívoco consentimento por escrito dos locadores, sob pena de rescisão do presente contrato.

O primeiro aluguel será pago a partir de janeiro de 2018, no valor mensal de R\$ 25.000,00, reajustado anualmente nos meses de janeiro dos anos subsequentes, através do índice IGP-M, editado pela FGV, ou na falta deste, pelo maior índice de correção do aluguel que estiver vigente à época.

29 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas.

30 Impacto nas demonstrações contábeis relacionados a Pandemia de Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. No dia 9 de janeiro de 2020, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus, tipo semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars).


No dia 20 de janeiro de 2020, foi comprovado que a transmissão entre pessoas já havia ocorrido e que os diagnósticos fora da China já estavam confirmados no Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Taiwan, México e Estados Unidos.

Diante dos casos de mortes na China, o Brasil suspendeu a circularização de trens entre as cidades, cancelamento de eventos com público superior a 100 pessoas, home-office para a maioria dos servidores públicos, dentre outras medidas. Alguns países como os Estados Unidos, Itália, Coreia do Sul, Irã, Turquia, Rússia e Austrália passaram a adotar várias providências em seus aeroportos, incluindo restrição de entrada de pessoas advindas de alguns países. No Brasil, até então foram confirmados mais de duas dezenas de casos até a data deste alerta.

Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo. A Administração entende que não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, está tomando medidas internas para avaliação dos impactos a nível de negócio e avaliou as normas mencionadas no comunicado divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade emitido no dia 9 de março de 2020 conforme destacado a seguir:

- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos;
- CPC 24 – Evento Subsequente
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e
- CPC 48 – Instrumentos financeiros;

A Administração está envidando esforços para garantir com base nos princípios contábeis de que quaisquer impactos identificados sejam refletidos nos seus demonstrativos financeiros, contudo, concluiu na data de aprovação de emissão dessas Demonstrações financeiras que os estudos internos dos impactos do COVID-19 até então realizados não se materializam e impactam as Demonstrações financeiras aqui apresentadas.



Sergio Paupello Sero Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97



Josimar Santos Alves
CRC 1SP 253379/O-8
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

